

---

## CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NA SEGUNDA DÉCADA DO SÉCULO XXI

### CATEGORIES FUNDAMENTAL TO THE HISTORIOGRAPHY OF EDUCATION IN THE SECOND DECADE OF THIS CENTURY

### CATEGORÍAS BÁSICAS PARA EL HISTORIOGRAFIA DE LA EDUCACIÓN EN LA SEGUNDA DÉCADA DEL SIGLO XXI

Maria de Fatima Felix Rosar<sup>1</sup>

**Resumo:** O texto apresenta breve análise da realidade produzida pelo desenvolvimento do capitalismo, na atualidade, destacando a necessidade de se recolocar no âmbito da historiografia da educação, na segunda década do século XXI, categorias fundamentais apreendidas na produção histórica do contexto nacional: Estado, Burocracia e Mercado. Evidencia estratégias do Estado capitalista no Brasil no processo de associação entre o setor público e o setor privado, para garantir a manutenção da educação sob a tutela do Estado. Faz ênfase na articulação a ser ampliada entre os educadores e pesquisadores críticos, para realizar um enfrentamento teórico-prático sistemático e intensivo, em face da investida do governo federal que tenta neutralizar a ação política das organizações sindicais dos educadores.

**Palavras-chaves:** capitalismo; estado; burocracia; mercado; educação.

**Abstract:** The text presents a brief analysis of reality produced by the development of capitalism, today, highlighting the need to relocate within the historiography of education in the second decade of this century, fundamental categories seized the historical production of the national context: State, Bureaucracy and Market. Evidence strategies of the capitalist state in Brazil in association process between the public and private sector, to ensure the maintenance of education under the tutelage of the state. He enforces the articulation to be magnified among educators and researchers critical to conduct a theoretical and practical confrontation systematic and intensive, due to the onslaught of the federal government that tries to neutralize the political action of trade unions of educators.

**Keywords:** capitalism; the state; bureaucracy; market; education.

**Resumen:** El texto presenta un breve análisis de la realidad producida por el desarrollo del capitalismo, hoy en día, poniendo de relieve la necesidad de reubicar dentro de la historiografía de la educación en la segunda década de este siglo, las categorías fundamentales se apoderó de la producción histórica del contexto nacional: Estado y la burocracia Mercado. Evidencia las estrategias del estado del capitalista en Brasil en proceso de asociación entre el sector público y privado, para garantizar el mantenimiento de la educación bajo la tutela del Estado. Hace énfasis en el empalme que se extenderá entre los educadores y los investigadores críticos, para llevar con una confrontación teórico-práctica sistemática e intensiva, debido a la embestida del gobierno federal que intenta neutralizar la política de la acción de las organizaciones sindicales de los educadores.

**Palabra-llaves:** capitalismo; estado; burocracia; mercado; educación.

*Da leitura da realidade concreta para a apreensão de categorias explicativas*

Avança rapidamente a história do século XXI. Já transcorreu a primeira década desse século e aproxima-se a metade da segunda. Por um lado, parecem se acelerar processos históricos singulares, no sentido de construção das perspectivas de maior enfrentamento dos limites da sociedade capitalista e do Estado burguês, seja pelas crises de acumulação que se tornam mais frequentes, em intervalos mais reduzidos de tempo, seja pelo desmonte dos projetos do chamado Estado de Bem-Estar Social. Essa teria sido a forma mais avançada de estabelecimento de relações, aparentemente menos hostis entre capital e trabalho, em países da Europa, mesmo quando o capitalismo, para a realização do processo de arrefecimento das lutas sindicais e sociais no velho continente, durante o século XX, acentuava as formas de exploração dos trabalhadores nos países periféricos.

A permanência das contradições contidas na formação histórica, econômico-social capitalista mundial, na atualidade, tem impactos sobre a vida dos milhões de trabalhadores em todos os continentes, apesar de se evidenciarem especificidades que decorrem dos diferentes tempos históricos dessa formação, que se concretizam nos diversos continentes e países. Enquanto vive em condição pré-histórica, a maioria da população miserável da África, sem sequer ter adentrado o mercado de trabalho, milhões de habitantes da Ásia também estão submetidos a condições sub-humanas de vida, sendo expostos à superexploração em processos de trabalho que vão desde a forma artesanal mais rudimentar até à produção de mercadorias tecnológicas sofisticadas, nas fábricas da China, Coreia, Malásia, Vietnã, por exemplo, ainda que esses países tenham regimes políticos distintos.

Na Europa, na maioria dos países, os trabalhadores que já haviam conquistado direitos inscritos no projeto liberal do Estado burguês, perdem rapidamente seus postos de trabalho e as garantias de proteção social, começando a viver em condições que exigem a restrição do consumo de bens de primeira necessidade e ameaçam sua sobrevivência<sup>2</sup>. No mesmo período histórico, na América Latina, vão sendo combinados processos de inclusão restrita dos trabalhadores no mercado de trabalho com a expansão do consumo de massa. Assim, o capitalismo mantém o processo de acumulação, realizando a combinação entre formas muito desiguais de operação produtiva, que associa modos mais avançados aos mais primitivos processos de exploração do trabalho e de produção de valor.

Na América do Sul, o Brasil vive uma situação em que se propaga amplamente a ideologia do sucesso econômico do país, mesmo sendo impostos pelos governos cortes em políticas sociais, produzindo restrições às condições de vida das classes trabalhadoras no campo e na cidade, sob a alegação das dificuldades impostas ao Brasil, em decorrência da crise e da necessidade de manter o ajuste fiscal para a remuneração dos detentores de títulos da dívida pública. Apesar do seu caráter, comprovadamente ilegítimo e usurpador de grande parte da riqueza produzida pelo processo de exploração do trabalho, continua a ser sustentada pelo funcionamento da superestrutura estatal, compreendendo os entes federados e seus poderes executivo, legislativo e judiciário, cujo poder está articulado aos grupos econômicos que controlam a economia e a política.

A ilegitimidade da dívida é resultante da interação entre três mecanismos:

[...] despesas elevadas tendo o caráter de presentes dados ao capital; um nível baixo de tributação direta (impostos sobre a renda, o capital e o lucro das empresas) e sua progressividade muito fraca; uma evasão fiscal importante. Encontram-se esses três fatores tanto no caso da Grécia quanto no da França, e também, evidentemente, nos de todos os países que hoje são vítimas dos fundos especulativos e dos bancos (CHESNAIS, 2011, p. 13).

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, a dívida externa não trouxe aportes de recursos para o país, porque de 1979 a 2009, houve a transferência líquida de US\$ 144 bilhões de dólares para pagamento de dívidas contraídas com bancos privados internacionais, sob o patrocínio do FMI. Além desse montante pago, ainda restava uma dívida de aproximadamente US\$ 300 bilhões. Os dados do Orçamento Geral da União de 2011 mostram que 45,05% dos recursos foram destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida, totalizando R\$ 708 bilhões de reais. Mas, o total da dívida pública brasileira alcançou R\$ 3 trilhões em dezembro de 2011, o que corresponde a 78% do PIB, considerando que a dívida interna é equivalente a R\$ 2,5 trilhões e a dívida externa superou os US\$ 400 bilhões<sup>3</sup>.

As restrições impostas pelos governos denominados “democrático-populares” dos anos Lula da Silva e do período Dilma Roussef têm se acentuado, principalmente, atingindo áreas estratégicas, conforme dados do Orçamento Geral da União de 2011: educação (2,99%), saúde pública (4,07%), habitação (0,00%), transporte (0,68%) e saneamento (0,02%). Entretanto, ao mesmo tempo, o governo leva a cabo uma política deliberada de concessão de subsídios ao setor privado, como estratégia para impulsionar o crescimento econômico, favorecendo o endividamento das classes populares, pelo incentivo ao consumo de bens manufaturados, inclusive veículos, e das classes de maior poder aquisitivo, mediante a compra de imóveis, o que poderá produzir, a médio prazo, um processo de inadimplência nesses setores, com potencial para a internalização de crise similar, vivenciada na Europa e nos Estados Unidos.

Ainda que os governos Lula da Silva e Dilma Roussef tenham se esmerado em fazer proliferar as políticas compensatórias, alcançando as classes mais empobrecidas com os programas de distribuição limitada de renda, pode ser constatada a expansão das desigualdades sociais<sup>4</sup>, reforçando a tese de que existe uma dupla ação do Estado burguês que controla processos de redistribuição relativa de renda com os processos históricos de concentração de renda pelas diferentes frações da burguesia<sup>5</sup>.

Os dados do próprio orçamento do governo deixam evidentes esses processos de afirmação e sonegação dos direitos das classes trabalhadoras que se expressam, de forma grave, nos dados do Relatório de Direitos Humanos (2011), em que se reproduzem situações, historicamente constatadas, porém não solucionadas, apesar do combate das organizações de defesa dos direitos humanos: trabalho infantil, trabalho escravo, concentração fundiária (causa principal da maior parte dos conflitos no campo e na cidade), atingindo o MST, os Quilombolas e populações Indígenas, além das populações das periferias das grandes metrópoles.

Portanto, na realidade da sociedade capitalista são produzidas diferentes formas de violência contra essas classes sociais exploradas pelo capital. Os dados do IBGE apontam os limites das políticas do Estado no Brasil. Existem 4,25 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil (IBGE/2009). São necessárias 19,7 mil creches para atender à demanda existente. Apenas 26% dos brasileiros são

plenamente alfabetizados (INAF, 2012). O tempo médio de estudo assegurado aos brasileiros é de 7,2 anos o que corresponde ao mesmo tempo do Zimbábue (IBGE/2009). Dos estudantes matriculados no ensino médio, 34,5% têm distorção idade-série e a taxa de abandono escolar nesse nível de ensino corresponde a 10,3% (IBGE/2010) (CADERNO DE ESTUDOS – A DÍVIDA PÚBLICA, 2012).

Esses indicadores, além daqueles que mostram a deficiência dos sistemas de ensino municipais e estaduais, oferecendo escolarização precária, como atestam os resultados das avaliações nacionais e internacionais, justificam a posição do Brasil - 84º lugar - em termos de Índice de Desenvolvimento Humano, em nível mundial, ainda que essas avaliações e esses índices possam ser considerados como instrumentos que não desvelam as dimensões mais estruturais da produção dessa realidade do país.

Diante desse quadro histórico, levanta-se uma hipótese de trabalho: esse contexto está a sugerir, aos pesquisadores da história e da história da educação, uma dedicação especial a esse período da história recente, para que se alcance a interpretação mais próxima da realidade concreta, em grande parte encoberta pela produção das análises e proposições economicistas e tecnicistas, revitalizadas e aprofundadas no século XXI, pelos especialistas do setor empresarial, ao lado das interpretações idealistas e “internacionalistas” dos ideólogos do Estado burguês. Essas são ideias associadas a um projeto de país que, segundo afirmam, adentrará rapidamente o clube dos países do primeiro mundo, alcançando inclusive a posição de quinta economia mundial, como alardeou pela mídia, na primeira quinzena de novembro de 2012, o Ministro da Economia, Guido Mantega. Pois é esse mesmo país, que acaba de alcançar a penúltima posição do *ranking* mundial, na área da educação, conforme divulgação feita também no mês de novembro pela mídia nacional.

Parece emergir desse confronto entre a posição da economia, por um lado, e da educação, por outro, uma dicotomia entre esses dois setores de materialização das políticas do Estado burguês. Entretanto, essa dicotomia apresenta um caráter ambíguo. O aparente antagonismo entre esses setores tem adquirido formas diversas de complementaridade entre si, na medida em que se descaracteriza progressivamente a especificidade da educação como processo histórico de desenvolvimento humano omnilateral.

As instituições representativas dos setores organizados da economia avançam na área da educação, ditando concepções e definindo diretrizes consideradas mais adequadas para a qualificação dos trabalhadores, conforme as demandas do mercado de trabalho. É paradigmática a proposição da Confederação Nacional da Indústria, ao afirmar que é preciso “contar com mão de obra qualificada e com um sistema mais flexível de negociação no mercado de trabalho” (CNI, 2005, p. 34 apud RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2012, p. 38). Para isto, defende um processo educativo que desenvolva, além das competências relacionadas aos conhecimentos científicos e tecnológicos, “as habilidades básicas, específicas e de gestão, atitudes relacionadas à iniciativa, criatividade, solução de problemas e autonomia e valores relacionados à ética e responsabilidade” (CNI, 2005, p. 33 apud RUMMERT; ALGEBAILLE; VENTURA, 2012, p. 38).

Que categorias emergem dessa realidade contraditória para a ampliação da historiografia crítica

da educação nesse contexto nacional e internacional? O que pode ser considerado como uma demanda da história concreta para os historiadores da educação do século XXI? A partir do contexto nacional, observa-se que se ampliam no atual momento de materialização do modo de produção capitalista, as relações associadas entre Estado, Burocracia e Mercado, produzindo modificações profundas na área da educação. Talvez possa se constatar que as dimensões da educação estão, cada vez mais, sendo subsumidas em dimensões da economia e da política, à medida que ocorre a mercantilização expandida de bens materiais e imateriais, como resultante de acordos entre os órgãos do estado e os setores privados, reduzindo a dimensão “social” do Estado capitalista. Ao mesmo tempo se amplia a articulação da gestão privada das políticas governamentais de setores estratégicos para o desenvolvimento do país: educação, saúde, energia e transportes. Em última instância, esses acordos evidenciam a expansão da submissão e apropriação do Estado pelo capital privado.

### *Aprensão de categorias explicativas da realidade para a história da educação na segunda década do século XXI*

A compreensão do Estado, na sua forma contemporânea de organização e funcionamento, requer uma breve retomada do desvendamento do fetiche do Estado-nação, desde o confronto estabelecido entre Marx e Hegel. A concepção do Estado capitalista é elaborada em contraposição à concepção de Estado moderno, a partir da crítica de Marx às proposições de Hegel nos seus *Princípios da Filosofia do Direito*. Para Hegel (1975, p. 257):

[...] o Estado é a realidade objetiva da vida ética, o Espírito ético enquanto vontade substancial, revelada, clara a si mesmo que se pensa e se reconhece, que executa o que a vontade sabe e na medida em que sabe. Tem sua existência imediata nos costumes, mediatizada na consciência de si, no saber e na atividade do indivíduo, ao mesmo tempo que o indivíduo, por sua convicção, possui sua liberdade substancial no Estado que é sua própria essência, seu fim e o produto de sua atividade.

Expressando sua concepção idealista do Estado, Hegel lhe atribui a capacidade de aglutinar as subjetividades individuais, conduzindo-as a um processo de consentimento em torno de interesses hegemônicos, formulados na sociedade, mediante processos de educação e de atividades culturais. A burocracia estatal seria responsável pela mediação entre esses interesses da sociedade e sua organização política no âmbito do Estado, portador de uma racionalidade ética capaz de conjugar as individualidades para a transformação do mundo, a partir da transformação das ideias.

A crítica de Marx a essa concepção hegeliana de Estado, na *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, permite apreender o princípio da universalidade abstrata encarnado pelo Estado, como sendo uma forma ideológica que encobre as condicionalidades da organização e do funcionamento dos aparelhos do Estado, vinculadas aos interesses da classe hegemônica. Marx se contrapõe à dialética abstrata contida no pensamento hegeliano sobre o Estado, ao mostrar que o poder do Estado resulta do modo de produção da vida material dos indivíduos. Estes, por sua vez, estão determinados pela realidade como trabalham e produzem materialmente. Há, portanto, do ponto de vista marxista, uma relação que

vai se estabelecendo entre a estrutura econômica e a superestrutura jurídico-política, condicionando o Estado como produto histórico das relações econômicas, sociais e políticas entre as classes antagônicas da sociedade capitalista.

Assumindo essa concepção marxiana de Estado, podem-se relacionar suas diferentes formas de organização ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo. O desenvolvimento do capitalismo concorrencial, por exemplo, favoreceu a produção de uma ideologia que, ocultando a relação entre o econômico e o político, permitiu ao Estado liberal assumir a função ideológica de “Estado-nação”, como se estivesse às margens das atividades econômicas. Laski (1973) advertia que este Estado tinha propósitos limitados em consequência dos interesses que predominavam na sua constituição. Portanto, seu propósito seria de servir aos proprietários, e a sua predominante demonstração de antagonismo em relação às organizações trabalhistas deixava evidente o motivo essencial de sua existência: garantir a obtenção de lucros. Por essa razão, foi necessária uma longa luta para inscrever nas políticas de Estado a oferta de educação, de saúde, de habitação e de proteção ao trabalho.

Para Gramsci (1980), o liberalismo introduziu uma representação de Estado e de sociedade que induz uma divisão equivocada entre sociedade política e sociedade civil, como se o Estado, nessa etapa do capitalismo, estivesse à margem das atividades econômicas, as quais seriam desenvolvidas apenas pela ação da sociedade civil. Ele esclarece que:

[...] o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, modificar a distribuição da renda nacional (GRAMSCI, 1980, p. 32).

Nesse programa político, o Estado capitalista apresenta-se como representante do interesse geral, instaurando como sujeitos jurídico-políticos os agentes da produção distribuídos em classes, de modo que, aparentemente, se isolam no âmbito da superestrutura jurídico-política do Estado as relações sociais econômicas.

Desse modo, o Estado realizaria uma dupla função, isto é, manter a unidade aparente, isolando as relações econômicas, cujo reflexo repercutem nas estruturas dos órgãos estatais, em que as contradições entre o público e o privado, entre os indivíduos-pessoas políticas e as instituições representativas dos interesses do povo-nação se confrontam, para garantir até mesmo a realização de políticas sociais, visando preservar o poder político da classe dominante.

Quando o capitalismo avança sob a forma de constituição de monopólios e de exportação de capitais, o mecanismo de concorrência é adaptado a uma situação de desenvolvimento desigual do capitalismo, com a finalidade de assegurar a sua expansão em âmbito nacional e internacional, mediante o “pacto de interdependência”, que oculta a dependência entre as formações capitalistas dominantes e dominadas, produzindo a desnacionalização da economia e o predomínio do capital financeiro nas formações sociais dominantes. Com o predomínio do capitalismo monopolista-imperialista, a extensividade da dinâmica econômica capitalista ocorre pela socialização da produção em circuitos cada

vez mais amplos, ao que corresponde também a concentração cada vez maior do capital financeiro (ROSAR, 2012).

O Estado assume um caráter intervencionista que é fundamental para que se produzam as condições jurídicas e políticas convenientes a esse processo de internacionalização da economia. No modo de produção capitalista, a substancialidade da relação entre a economia e a política tem como fundamento a produção de mais-valia e a reprodução ampliada do capital, logo, nessa fase monopolista não se expressa mais como uma necessidade ideológica apenas a sustentação da ideia de Estado-nação. Vai se dando a modificação dessa ideologia com a elaboração das teses do “neocapitalismo” e do “neoliberalismo”, que, entre outras, defende um novo modo de organização da democracia, em que novos tipos de instituições, como as grandes empresas, os sindicatos e os organismos públicos de planejamento econômico assumem lugar na direção da economia e do Estado. “A ótica marxista da luta de classes é obscurecida ou deformada em favor de uma concepção idealista do Estado, da intervenção pública e do planejamento” (PEREIRA, 1977).

Assim:

O aprofundamento das questões acerca da relação entre a burocracia e o Estado e a burocracia e as classes sociais é fundamental para a compreensão do Estado capitalista, na etapa monopolista, porque, na medida em que o Estado assume a função de intervenção direta e indireta na estrutura econômica, ocorre a ampliação da burocracia e o fortalecimento dos “técnicos” como força social autônoma (ROSAR, 2012, p. 100).

Marx e Engels compreendem o poder burocrático como exercício de funções do Estado, por isso, embora esse Estado não se constitua como o fundamento do poder político, é, sim, o centro do poder político sob o controle de classes e frações de classe (POULANTZAS, 1977). Gramsci (1979) esclarece que a relação estabelecida entre os intelectuais-funcionários da burocracia do Estado com o mundo da produção é mediatizada pelo conjunto das superestruturas na qual exercem funções de coerção e de hegemonia, portanto, produzem ações políticas, sob a ótica da racionalidade formal, por meio do aparelho de Estado, dissimulando as contradições existentes na relação entre as classes sociais na sociedade capitalista.

Nesse sentido, o capitalismo monopolista-imperialista expande o processo de burocratização, possibilitando uma relação mais articulada entre a economia e a política, ou seja, entre a superestrutura e a estrutura econômica, a ponto de se tornarem homólogas as suas formas de organização. Segundo Tragtenberg (1977, p. 186): “a burocratização flui do Estado à empresa”. Na realidade, não existe uma diferença substancial entre a burocracia pública e a privada, pois prevalece um único modelo normativo ideológico de organização, combinando formas de dominação, a partir de critérios de racionalidade, especialização, eficiência e produtividade. Esse modelo possibilita que se desenvolva uma tendência de homogeneização das formas de organização do aparelho de Estado, de acordo com as concepções desenvolvidas nas empresas capitalistas que passam a ter parte de seus quadros na própria organização e administração dos órgãos estatais.

Segundo Poulantzas (1977, p. 344):

[...] o burocratismo do aparelho de Estado precisamente por intermédio das suas relações com a ideologia dominante no conjunto da formação capitalista, apresenta homologias com os modelos normativos que regulam a organização e a divisão do trabalho nos diversos setores dessa formação: nas fábricas, nas instituições culturais, etc... Contudo, o burocratismo só para o aparelho de Estado constitui um *efeito específico* dessa ideologia, precisamente na medida em que se relaciona, no interior das formações capitalistas, com a existência da burocracia como categoria social. E isto, de resto, na medida em que a ideologia se conjuga, nesse domínio, com as estruturas de Estado, para produzir o burocratismo nas suas relações com o fenômeno político da burocracia, em uma palavra *a burocracia nas suas relações como luta política de classes*.

No capitalismo monopolista-imperialista, essa mediação da burocracia ocorre em instâncias do setor público e do setor privado, ambos ancorados no mercado, onde se estabelecem de fato as relações de troca entre desiguais, considerando-se que a relação entre capital e trabalho tem sua gênese nas relações sociais de produção. A partir dessa desigualdade institucionalizada, as ações políticas do Estado capitalista convergem para as demandas do mercado, criando as condições para a formação do exército de reserva, necessário à manutenção do processo de exploração do trabalho e produção de mais-valia, mesmo quando nesse mercado se reduzem postos de trabalho e se identificam novos modos de subsunção real do trabalho ao capital sob formas associadas do extrativismo, da mercantilização, indústria e financeirização, num contexto de grande diversificação de setores da economia articulados, incluindo o setor da educação subordinado a esse complexo sistema do capitalismo imperialista.

Identifica-se nessa tendência predominante de subordinação da educação ao movimento de expansão do capitalismo, no âmbito da produção imaterial e cognitiva, o crescimento extraordinário dos sistemas de Educação a Distância (EAD). Nos países periféricos, a exemplo do que ocorre nos países de capitalismo central, tem sido realizado um processo integrado entre o Estado e o Mercado, com a mediação da burocracia, de modo a abrir uma nova área de valorização do capital, no setor da educação, até então predominantemente estatal. Essa tendência era previsível, devido à incorporação dos sistemas de tecnologia e de comunicação, como setores estratégicos para a globalização dos processos de difusão da lógica do mercado, em nível mundial, ao mesmo tempo que se realiza um modo avançado de subsunção real do trabalho intelectual.

A absorção da ciência e da tecnologia nas linhas de produção garantiu a potencialização do processo produtivo, principalmente por terem sido assimilados conhecimentos científicos e técnicos nos vários momentos de realização do circuito da acumulação capitalista, desde a produção das mercadorias até o seu consumo. Porém, o movimento de expansão do capital exige a sua ampliação em escala universal, transformando toda a produção de bens e de serviços em mercadorias. Isso se realiza na medida em que o capital é lançado em todo espaço possível de valorização, criando nova distribuição do trabalho, transformando as relações sociais de produção e, portanto, o modo de vida em sociedade, pois o ciclo de criação de novos produtos e serviços é interminável, até que se esgotem a força de trabalho, as matérias-primas e a natureza.

Drucker (1975, p. 35), afirmava que: “uma das funções primordiais da administração nos países adiantados, nas próximas décadas, será a de tornar produtivo o conhecimento”. Continuando seu prognóstico, dizia que:

As instituições precisarão aprender, a tornar a qualidade de vida compatível com suas finalidades precípuas. Na empresa privada, isso significa que a consecução de qualidade de vida deve ser levada em conta como uma oportunidade a ser convertida pela administração num negócio lucrativo (p. 37).

E ainda acrescentava: “novos fatores de produtividade precisam ser encontrados para otimizar o desempenho econômico; as necessidades sociais, a administração e o trabalho intelectual devem ser convertidos em recursos produtivos” (p. 35).

No Brasil, a extraordinária expansão das redes de ensino a distância deu lugar a uma estratégia “exitosa” de parceria público-privada, durante os anos 2000, em que se associaram instituições privadas de ensino, corporações empresariais e órgãos estatais do setor educacional, proporcionando ao mesmo tempo a ampliação dos negócios na área da educação, além do estabelecimento de um forte sistema de poder ideológico do setor privado sobre os rumos da educação do país.

Recentemente, foi realizada a 3ª Conferência Internacional “Reinventando o Ensino Superior”, cujo tema deste ano foi “*Eduempreendedorismo: Novas Formas e Caminhos Para a Diferenciação no Ensino Superior*”. O encontro, promovido pela IE University, reuniu na sede da escola espanhola, reitores, gestores de associações de ensino e especialistas de diversos países, tendo sido destacadas as seguintes conclusões:

- os professores não são mais os únicos donos das verdades, por isso os currículos precisam ser flexíveis e construídos de acordo com as novas necessidades dos mercados. É preciso dividir com os estudantes o desenho dos currículos para que eles sejam cada vez mais interativos e customizados;
- as universidades não podem mais abrigar apenas uma elite que dita regras e está distante do mundo real, pois precisa construir um modelo de negócio sustentável;
- a globalização trouxe um novo modelo de competição, e as universidades precisam responder às necessidades atuais do mercado, buscando se tornarem mais efetivas em seus modelos de negócio e ensino;
- há uma explosão da demanda por ensino superior, especialmente em países emergentes como Brasil, China e Índia;
- segundo Arnould de Meyer, presidente da Universidade de Negócios de Cingapura, a escassez de professores doutores em todo o mundo pode comprometer esse desenvolvimento. Em sua opinião, é necessário formar um novo perfil de professor que seja ao mesmo tempo dedicado à pesquisa, mas que tenha trânsito no mercado: “Os acadêmicos, no geral, são avessos ao networking, mas isso precisa mudar”<sup>6</sup>.

Essas proposições deixam entrever em que direção estão sendo pressionadas as universidades, principalmente nos países chamados emergentes, nos quais se alega o aumento de demanda pelo ensino superior para justificar a implantação dos sistemas de educação a distância, como ocorreu no Brasil, através das universidades privadas e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), atendendo na atualidade a um total de 2,5 milhões a 3 milhões de estudantes. A proliferação dos sistemas de educação a distância, no Brasil, após sua institucionalização pelo governo federal, integra o conjunto dos novos mecanismos de

produção da dualidade da educação articulada à desigualdade estrutural entre as classes sociais.

Políticas de ajuste de educação em nível superior presencial às exigências de ampliação desse mercado deram lugar também à expansão desenfreada dos cursos das instituições privadas de ensino, que, atualmente, ultrapassa em mais de 70% as matrículas das universidades públicas. Ao mesmo tempo, o próprio Estado assumiu parte do financiamento dessas instituições privadas, como medida política de “democratização do ensino superior”, permitindo o acesso das classes trabalhadoras a cursos de qualidade muito restrita, com a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), e a implantação, em 2004, do Programa Universidade para Todos (ProUni).

A mesma forma de privatização adotada para a expansão do ensino superior está sendo executada para o Ensino Médio para cursos técnicos e profissionalizantes, mediante a implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a partir de 2011<sup>7</sup>. Segundo o MEC, o Pronatec será ampliado em 2013, conforme anúncio feito no dia 05 de dezembro de 2012, durante abertura do 7º Encontro Nacional da Indústria (Enai), em Brasília.

Segundo o MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, atendeu até agora mais de 2,5 milhões de brasileiros. A meta do Pronatec é oferecer cursos técnicos e de formação inicial e continuada a 8 milhões de estudantes e trabalhadores até 2014. O Pronatec oferece cursos de educação profissional e tecnológica a jovens e trabalhadores, realizados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e pelas escolas técnicas vinculadas a universidades federais que formam a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também participam as redes estaduais de educação profissional e tecnológica e o Sistema S:

Entre os objetivos do Pronatec para 2013 está ainda a ampliação do número de bolsas-formação para estudantes egressos do ensino médio público e para cursos técnicos integrados à educação de jovens e adultos. Para isso, será editada medida provisória. Outra medida é a publicação de decreto com procedimentos para a implementação do Financiamento Estudantil para Empresas (Fies-Empresa). Assim, empresas de pequeno, médio e grande portes poderão financiar a qualificação de seus funcionários em vagas oferecidas pelos serviços nacionais de aprendizagem e por escolas particulares habilitadas pela rede federal<sup>8</sup>.

A ampliação da rede de ensino médio, técnico e profissional vem sendo feita de modo acelerado, sem debate com os setores da educação, visando fomentar o processo de formação de novos contingentes de trabalhadores para o “projeto de desenvolvimento do país”. O MEC exhibe os números alcançados com essa política. Os cursos técnicos tiveram 788.979 matrículas no período, superando as vagas previstas, com destaque para a rede federal, que tinha previstas 151.560 vagas e matriculou 252.716 estudantes. Os cursos de formação inicial e continuada registraram 1.732.439 matrículas – 548.626 por meio do programa Bolsa-Formação Trabalhador e 1.183.813 resultantes de acordos de gratuidade com o Sistema S. Foram inauguradas mais 35 unidades da rede federal em 19 estados. Quando estiverem em pleno funcionamento, elas terão capacidade de ofertar 1,2 mil vagas, cada uma. Os novos *campi* receberão estudantes de cursos técnicos e de formação inicial. Para 2013, o Pronatec oferecerá 2.290.221 vagas a estudantes e trabalhadores em 724.539 cursos técnicos e 1.565.682 vagas em cursos de formação inicial e continuada<sup>9</sup>.

A propalada democratização em todos os níveis de ensino tem se materializado de modo a se manterem os mecanismos de produção da dualidade nos sistemas de ensino. Segundo Rummert, Algebaile e Ventura (2012, p. 42):

Ocorrem mudanças nas condições de permanência, de acesso ao conhecimento e de obtenção de certificação, mas elas se dão como um modo particular de produção de uma *dualidade de novo tipo*, que se expressa, entre outros aspectos, nas distinções entre as redes municipais, estaduais e federal, e, no seu interior, entre os vários modelos e modalidades; nos variados padrões de oferta das redes privadas; na multiplicidade de “oportunidades formativas” que recriam ou instituem trajetórias subordinadas de formação, as quais, em conjunto, ressignificam a marca social da escola, cujo caráter classista é encoberta pelo discurso “inclusivo”.

A execução dessa política “inclusiva”, por meio de programas fragmentados e pulverizados pelos diferentes Ministérios (MEC, MDA, MDS, MTE, MD, MJ, ME, MS)<sup>10</sup>, oportuniza a construção de uma rede de órgãos da burocracia estatal envolvidos com a execução de ações com objetivos diversos, como: “reinserção escolar, a complementação de escolaridade, a qualificação profissional, a formação cívica ou a formação atitudinal...” (Idem, p. 44). Isso dificulta enormemente as possibilidades de acompanhamento e controle social sobre a aplicação dos recursos destinados à formação de crianças, jovens e adultos e, principalmente, permite também que a superposição de ações em diferentes ministérios justifique a ampliação da própria máquina do Estado, que absorve recursos consideráveis para a execução desses programas, reproduzindo a fórmula da redução dos recursos efetivamente aplicados na atividade-fim<sup>11</sup>.

Outra área de aprofundamento da parceria público-privada vem se configurando no mercado de produção de materiais didáticos, ensejando a disseminação ampliada das concepções derivadas do pragmatismo pedagógico, mediante a substituição de livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático, pelas apostilas dos “sistemas de ensino privado”, adotadas nas redes públicas de ensino municipal e estadual<sup>12</sup>. Associada à venda do material didático, são programados os cursos de formação continuada de professores e os serviços de assessoramento na área de gestão de sistemas de ensino e de escolas públicas, prestados pelos consultores de fundações empresariais que galgaram *status* de autoridades educacionais referenciadas pelo Ministério da Educação, que é órgão estatal contratante desses serviços para a concepção de programas para os diversos níveis de ensino, desde a educação infantil.

Nesse processo de parceria público-privada, o montante de recursos compartilhados pelos governos federal, estadual e municipal não são divulgados de forma detalhada, o que tem ensejado o aumento de denúncias feitas ao Ministério Público pelo desvio de recursos praticados, principalmente pelas administrações municipais com as quais tem se estabelecido “formas de negociação” em todos os setores de funcionamento das escolas, incluindo as construções de prédios, aquisição de equipamentos escolares, de materiais didáticos e de merenda escolar, sem que ocorra a investigação que apure as raízes desse processo de evasão de recursos públicos já institucionalizados no país.

Ainda que seja possível reconhecer que existe um esforço de publicização de dados da execução orçamentária do MEC, através de relatórios de gestão, muitas informações nele contidas apontam indícios de que será necessário aperfeiçoar esse sistema, para que efetivamente os diversos setores da sociedade

civil comprometidos com a qualidade da educação pública, realizem um controle social sobre as prioridades definidas para o desenvolvimento da educação.

Por exemplo, podem ser encontradas na prestação de contas da Secretaria Executiva do MEC algumas evidências da falta de transparência:

Exemplo 1:

**Ação 8241 - Gerenciamento das Políticas de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade:**

**Tabela XXVIII- Dados Gerais da Ação 8241 No Exercício 2011**

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Dar suporte ao planejamento, à avaliação e ao controle das ações pertinentes à educação continuada e à diversidade no espaço escolar, no âmbito de atuação da SECAD, com vistas ao aprimoramento das ações ligadas à política nacional de alfabetização e inclusão educacional.
Descrição	Apoio logístico à execução do Programa; viabilização de estrutura que permita análise, acompanhamento e avaliação dos projetos de contrapartida em ações socioeducativas enviados pelas Prefeituras; análise e cruzamento dos dados cadastrais, manutenção de banco de dados estatísticos e indicadores socioeconômicos; realização periódica de compatibilização entre os cadastros de famílias beneficiárias feitos pelos municípios e as demais informações disponíveis sobre os indicadores econômicos e sociais de cada localidade; convênio, contratos e acordos com fundações, instituições, organismos nacionais e internacionais visando a pesquisa, auditoria, avaliação e fiscalização.
Unidade responsável	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD
Coordenador nacional da ação	Martha Tombesi Guedes

Fonte:SPO/SE/MEC

Resultados: houve a dotação inicial de 8.000.000,00 e dotação suplementar de 367.293,00 para a ação. O empenho foi no valor de R\$ 3.760.091,43, que teve por objetivo atender às necessidades da SECADI para dar suporte às ações desenvolvidas pelas diretorias relacionadas às políticas da Educação para Diversidade.

O empenho supracitado foi distribuído da seguinte forma: passagens e diárias R\$ 869.074,33; aquisição de equipamentos de informática para DTI R\$ 366.426,00; auxílio de avaliação educacional R\$ 200.000,00; pagamento a Organismo Internacional (OEI) – contratação de consultores – R\$ 918.298,00; despesas para custear eventos relacionados à Educação para Diversidade R\$ 1.400.000,00; atender despesas de exercícios anteriores R\$ 4.159,35, atender restituição de bilhetes terrestres R\$ 2.133,75.

**Tabela XXIX- Metas e Resultados da Ação 8241 no Exercício 2011**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 8.367.293,00	R\$3.760.091,43	45%
Física	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte:SPO/SE/MEC

Exemplo 2

**Ação 4172 – Serviços de Comunicação da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa****Tabela XX - Dados Gerais da Ação 4172 no Exercício 2011**

Tipo	Orçamentária
Finalidade	Prover infraestrutura de redes de alta velocidade, grande capacidade de transmissão de informação e elevado padrão de qualidade para suporte à pesquisa científica e à colaboração entre instituições de ensino superior, incrementando o grau de inserção do país na sociedade da informação.
Descrição	Manutenção e atualização de serviços de telecomunicações nacionais e internacionais para consolidação e desenvolvimento da infraestrutura física de comunicação e colaboração em ensino, pesquisa e inovação; bem como manutenção e atualização da infraestrutura de equipamentos de comunicação e computação dos 27 pontos-de-presença (PoP) da rede no País.
Unidade responsável	Diretoria de Tecnologia da Informação - SE
Coordenador nacional da ação	Flávio Campos Batista

Fonte:SPO/SE/MEC

Resultados: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI elaborou contrato de gestão com a Organização Social Rede Nacional de Pesquisa – RNP com o objetivo de estabelecer parceria para o fomento de atividades de pesquisa tecnológica, desenvolvimento e operação de meios e serviços de difusão do conhecimento na área de tecnologia de informação e comunicação. Nesse sentido, considerando que o MCTI, juntamente com o MEC, são responsáveis pela manutenção de infraestrutura da Rede Nacional de Pesquisa-RNP, no tocante às instituições federais de ensino, o MEC efetuou destaque de créditos por meio de Termo de Cooperação para o MCTI, no valor de R\$ 60.500.000,00. Vale destacar que, em 2011, foi concluída a implantação da sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho, beneficiando as 500 maiores instituições de educação, pesquisa e cultura brasileiras. Com isso, a capacidade agregada da rede foi ampliada em 280%, o que a elevou ao patamar das mais avançadas redes acadêmicas do mundo. O montante de recursos repassados para o MCTI foi utilizado para viabilizar a operação e ampliação da rede. Ressalta-se que a RNP também recebeu recursos de ações sob responsabilidade do MCTI.

**Tabela XXI Metas e Resultados da Ação 4172**

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	60.500.000,00	60.500.000,00	100%
Física	1	1	

Fonte:SPO/SE/MEC

No Exemplo 1, destaca-se o maior percentual de recursos destinados a pagamento de consultores e a realização de eventos. No Exemplo 2, chama atenção o contrato de gestão feito pelo Ministério de Ciência e Tecnologia com uma OS (Organização Social Rede Nacional de Pesquisa – RNP), sendo pago pelo MEC uma elevada soma (R\$ 60.500.000,00) para a “implantação da sexta geração da rede acadêmica nacional de alto desempenho, beneficiando as 500 maiores instituições de educação, pesquisa e cultura brasileiras”.

Noutro item do relatório de gestão da Secretaria Executiva do MEC, com maior grau de detalhamento sobre gastos com publicidade, encontram-se três exemplos de aplicação dos recursos da educação:

## Exemplo 1

2011/1305	Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior	Audiovisual & Cultura Produções Ltda - ME	Produção de um vídeo de 3' com imagens captadas para filmes de 60" e spot de 60", incluindo a alteração de áudio, legenda, edição e finalização de peças com direitos de veiculação nacional por seis meses – Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Pago	Vídeo	84.677,69
-----------	--	---	--	------	-------	-----------

## Exemplo 2

2011/1261	EBC -TV BRASIL	Editora Abril S/A	Veiculação de anúncio na Revista Veja 1 inserção, anúncio de "interesse público, pág. simples em 14/12/2011, TV BRASIL - 2312.002697/2011-23	Pago	Veiculação	120.745,00
-----------	----------------	-------------------	--	------	------------	------------

## Exemplo 3

2011/129.2	EBC-TV Brasil	Audiovisual & Cultura Produções Ltda - ME	Produção de um filme de 30" intitulado Diálogo 1º, incluindo captação, direção, áudio, legenda, edição e cópias, para veiculação nacional pelo período de seis meses – TV Brasil.	Pago	Filme	124.500,00
2011/129.3	EBC-TV Brasil	Audiovisual & Cultura Produções Ltda - ME	Produção de um filme de 30" intitulado Diálogo 2º, incluindo captação, direção, áudio, legenda, edição e cópias, para veiculação nacional pelo período de seis meses – TV Brasil.	Pago	Filme	124.500,00

## Exemplo 4

2011/80.02	Expansão dos Institutos Federais	Olhar Imaginário Ltda.	Produção de 7 filmes e de 7 spots de 60" cada. Sendo: filmes, com direção, captação em HD em MG,RS,SP, RJ e SC, áudio, um apresentador, edição, finalização e legenda: spot-com trilha, locução e assinatura. Veiculação regional em TV Aberta e fechada, internet, cinema, mídias alternativas, rádio, espera telefônica, eventos e circuitos internos, pelo período de 4 meses. Expansão dos Institutos Federais/Sul e Sudeste 23123.002098/2011-18	Pago	Filme e spot	572.250,00
------------	----------------------------------	------------------------	---	------	--------------	------------

O total de gastos somente com a ação de publicidade do MEC foi equivalente a R\$ 29.843.215,04, conforme Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do referido ministério, do ano de 2011.

Esses exemplos são paradigmáticos do modo de funcionamento complexo e muito pouco democrático da burocracia do Estado, que tem a primazia de fazer a gestão de pessoal, dos recursos materiais e financeiros do setor da educação, sem realizar nenhuma consulta às organizações da área da educação ou ainda aos setores organizados da classe trabalhadora, da qual se origina a riqueza social. Entretanto, essa é a forma de operação do Estado burguês, que se restringe ao paradigma da “democracia representativa”, portanto, ao funcionamento do Estado que se apresenta como sendo representativo dos “interesses gerais da nação”.

Mesmo quando realiza uma expansão do processo de “democratização”, como ocorreu mediante a implantação do Fórum Nacional da Educação, dos Fóruns Estaduais e dos Fóruns Municipais, que vêm sendo implantados recentemente, o Estado, representado pelo MEC, faz estender a sua área de influência e de alcance para a construção de consensos em torno das políticas em execução, inclusive assumindo posições explicitamente refratárias aos sindicatos de oposição a essas políticas, como ocorreu em 2012, com o sindicato dos docentes de ensino superior: ANDES-SN e do SINASEFE.

Historicamente, a maioria das organizações progressistas da área da educação que lutaram em favor da educação pública, democrática, de qualidade social, durante a Constituinte de 1988, a tramitação

da LDB até a promulgação da LDB, em 1996, tem sido desautorizada pelo governo, pela rejeição de suas proposições debatidas democraticamente em todo o país, através dos Fóruns em Defesa da Educação Pública. Do mesmo modo, a correlação de forças desfavoráveis aos setores mais avançados da educação, pedagógica e politicamente, também significou perdas muito significativas na aprovação e implantação do primeiro Plano Nacional de Educação. Na edição da primeira Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, igualmente, foram sendo eliminadas as propostas que apresentavam a possibilidade de construção de um sistema nacional de educação, com maior participação das organizações de educadores na gestão do sistema e com a efetiva implementação de uma carreira nacional dos docentes em todos os níveis e a implantação de escolas de tempo integral.

Para a realização da II Conferência Nacional de Educação em 2014, o governo vem construindo a estratégia de hegemonização de setores diversos e, de modo muito particular, tenta produzir uma amálgama de concepções compartilhadas com os mais diferentes “parceiros”, para garantir as suas políticas fundamentalmente adequadas ao princípio da parceria público-privada. Para isto, além de manter sob sua direção os Fóruns de Educação já constituídos, está fomentando uma outra rede paralela de apoiadores à Campanha pela Educação Melhor, por meio do incentivo à criação de Comitês de Mobilização em todos os municípios. Segundo o MEC:

[...] em diversas localidades do País, 1.144 municípios registram a participação de interessados e lideranças locais nas atividades ligadas à Mobilização Social pela Educação. A informação compõe o Banco de Dados do Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE) que aponta, ainda, a participação de, aproximadamente, 5 mil mobilizadores em todo o Brasil.

Ainda segundo o Ministério da Educação:

Os Comitês locais de Mobilização são instâncias que articulam a implantação do plano em determinada região. São compostos pelas lideranças com maior capacidade de articulação e disponibilidade entre as diversas instituições da sociedade, como Igrejas, entidades de classe empresariais e dos trabalhadores, Conselho Tutelar, conselhos e secretarias municipais ou estaduais de Educação, universidades, clubes de serviço e Ministério Público. Os membros dos Comitês de Mobilização realizam atividades que oferecem espaço para discussões e reflexões com a sociedade e as famílias a respeito da realidade da Educação no País, com base nas informações e nos dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC). Durante as ações promovidas pelos Comitês de Mobilização, as famílias são orientadas a buscar informação sobre o cotidiano escolar dos filhos. São conscientizadas, ainda, a respeito da importância da participação dos pais na vida escolar dos alunos e sobre a contribuição dessa iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino.

Na lista de instituições da sociedade citadas pelo MEC, como integrantes dos Comitês de Mobilização constam as seguintes:

- **Igrejas Cristãs:** CLAI, CNBB, CONIC, Anglicana, Assembleia de Deus, Batista, Católica, Luterana, Metodista, Presbiteriana Independente, Presbiteriana Unida, Quadrangular.
- **Outras denominações religiosas:** Federação Israelita, Religiões de Matriz Africana.
- **Empresas:** ArcelorMittal, Bradesco, CCPR – Consórcio Camargo Corrêa Promon, Camargo Corrêa, Grupo Santander, Natura, Vale, Votorantim, Itaú, Walmart, Planeta Educação.
- **Organismos internacionais:** Unesco.

- **Ongs e entidades de representação:** Associação dos Moradores de Chapéu Mangureira, Babilônia e Rocinha, Comunidade Educativa (Cedac); Compromisso Campinas pela Educação, Federação dos Bandeirantes do Brasil, Forum Nacional DCA – Direito das Crianças e Adolescentes, Instituto Crescer, Projeto OCA, Instituto EcoFuturo, Instituto Olhar Cidadão, Instituto Razão Social, Memória Lélia Gonzalez, Todos pela Educação.
- **Sistemas de Educação:** UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação.
- **Fórum dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação.**
- **ABMP** – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Criança e do Adolescente.
- **Agentes Institucionais:** ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ABRUEM – Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais, UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação.

A estrutura formal do MEC possui uma grande envergadura, tal como se conhece na atualidade, de acordo com informações do Ministério:

#### **ESTRUTURA DO MEC**

- Secretaria Executiva (SE), Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Conselho Nacional de Educação (CNE), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE).

Mas, além dessa estrutura, são criadas ainda outras formas de ampliação da burocracia formal, mediante o funcionamento de Comitês de Gestão, que parecem ter competências paralelas às próprias secretarias do MEC.

Conforme informações do Ministério, transcritas a seguir, pode-se avaliar o caráter político dessa estrutura paralela:

- Associada a esta agenda interna de supervisão e coordenação da execução das políticas do MEC, a Secretaria-Executiva realiza articulações políticas com vários outros órgãos do próprio governo federal, dos Estados e Municípios, bem como com atores da sociedade civil que podem contribuir com o esforço para ampliação e qualificação da educação nacional. Nesse sentido, pode ser citada a atuação dos seguintes comitês, que exerceram plenamente seus objetivos em 2011:
- Comitê de Gestão de Pessoas, que objetiva integrar as políticas de gestão de pessoas do MEC e das várias unidades a ele vinculadas (Portaria n. 1.032, de 30/10/2009);
- Fórum de Planejamento e Gestão do MEC, que objetiva melhorar a gestão no âmbito do MEC e difundir as ações de planejamento estratégico (Portaria n. 354, de 33/04/2009);
- Comitê de Compras e Contratos, que objetiva assegurar a uniformidade de procedimentos, a padronização de produtos, a racionalidade burocrática, e a qualidade e melhores preços para as compras

realizadas pelo MEC e várias unidades a ele vinculadas (Portaria n. 433, de 09/05/2007);

- Comitê de Publicações, que objetiva assegurar a uniformidade dos procedimentos e a qualidade das publicações a serem impressas no âmbito do MEC (Portaria n. 434, de 09/05/2007);

- Comitê de Contratação de Serviços de Mão-de-Obra Terceirizada do MEC, que visa estabelecer diretrizes para a gestão de contratos abrangidos pelo Decreto n. 2.271, de 07 de junho de 1997, e pela Instrução Normativa n. 18, de 22 de dezembro de 1997 no âmbito do MEC e de algumas unidades a ele vinculadas (Portaria n. 590, de 22 de junho de 2007);

- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MEC, que busca modernizar o modelo de gestão da tecnologia da informação - TI e comunicação, definir políticas e diretrizes e coordenar as ações de TI do MEC e autarquias vinculadas (Portaria n. 810, de 24 de agosto de 2007, alterada pela Portaria n. 909/2008);

- Comitê de Eventos, com o objetivo de assegurar a uniformidade, padronização de produtos e serviços, racionalidade burocrática, qualidade e melhores custos na realização de Eventos do MEC (Portaria n. 863, de 15 de julho de 2008);

- Comitê Gestor da Preparação e da Implementação de Projetos de Cooperação Técnica e Acordos de Empréstimos Internacionais – CGCOP, que busca coordenar a captação de recursos externos e gerenciar os projetos decorrentes de cooperação técnica e acordos de empréstimos com organismos internacionais (Portaria MEC n. 4.060, de 10 de dezembro de 2004). Registra-se, ainda, a atuação do Núcleo Gestor dos Serviços de Monitoramento e Supervisão de Obras do MEC, que objetiva ampliar e sistematizar o monitoramento das obras financiadas com recursos do MEC (Portaria n. 988 de 14 de agosto de 2009); e a atuação do Núcleo de Informações Gerenciais do MEC, que objetiva organizar, validar e difundir dados das políticas desenvolvidas pelo Ministério (Portaria s/n., de 12 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 17 de fevereiro de 2010).

A atuação de tais comitês representa um passo importante na modernização da gestão interna do MEC, e os resultados desse trabalho são revertidos em uma melhor execução das políticas e programas sob sua responsabilidade.

Essa ampla configuração do Estado alcança graus de capilaridade profundos, mediante a articulação de sua estrutura formal e uma ampla estrutura paralela, no âmbito da sociedade civil, e apresenta grande potencial de influência na organização das forças políticas no atual contexto nacional. Essa constatação parece deixar evidente a questão fundamental do projeto de educação que se amplia sob a tutela do Estado. Essa realidade parece exigir dos educadores e pesquisadores da área da educação um esforço coletivo ainda maior de pesquisa e de atuação política mais orgânica, para o enfrentamento desse amplo processo de fortalecimento das estratégias da burguesia para a ampliação do controle do Estado, sobre a educação em todos os níveis, por meio da criação de novas estruturas de poder sob a égide da “política de democratização da educação”, reforçando a associação entre o Estado, a Burocracia e o Mercado.

Nessa perspectiva, há uma grande importância no avanço alcançado pelos educadores críticos, a

partir da contribuição de Saviani, para a elaboração e difusão da concepção da pedagogia histórico-crítica. Além dessa ação estratégica, trata-se também de se fazer um esforço de delineamentos teóricos para a ação política e pedagógica que possa dar sustentação às posições de contraponto teórico-prático em relação às políticas da área da educação, principalmente no que diz respeito à formação dos educadores. Na realidade, o desafio é de dar início à desconstrução da hegemonia do Estado, pois ainda que governos de esquerda assumam o controle do Estado, dificilmente poderá superar sua tendência de reprodução das condições de dominação da burguesia, pois “o Estado capitalista sempre reproduz a dominação do capital” (BORON, 2011, p. 247).

Pode-se avaliar a urgência de uma ação estratégica, ainda mais articulada, por parte de educadores e pesquisadores, em virtude da desgastada agenda de debates e de propostas apresentadas aos governos em todas as suas instâncias, ao longo das últimas três décadas, com a produção de resultados pífios, no que se refere a mudanças substanciais no funcionamento da maioria das escolas públicas brasileiras, ainda que os dados apresentados, oficialmente, indiquem avanços quantitativos que surpreendem os desavisados.

Embora tenha sido amplamente discutida a questão do Estado pelos pesquisadores críticos, pode ter se produzido um certo abrandamento das críticas necessárias aos seus modos de operação no momento em que se iniciou a contrarreforma liberal, que contou, por um lado, com a mais dura “ofensiva do capital no final do século XX”, além de ter criado as condições necessárias para a difusão do pensamento pós-moderno nas academias, envolvendo mais de uma dezena de grupos de pesquisadores, com os quais se produziu “o anti-iluminismo pós-moderno” e o “triunfo absoluto da mercadoria” (BENSAID, 2008, p. 26).

A partir da retomada de análises de pensadores contemporâneos, identificados no campo do pensamento de esquerda, talvez possa se fazer uma inflexão necessária, na atualidade, para dar atenção aos escritos de Marx dedicados às questões políticas e às indicações de Gramsci para a formação de blocos históricos, recuperando a dimensão da estratégia da luta de classes como eixo fundamental para a ação orgânica da esquerda, de um modo geral, e na área da educação, de forma sistemática e intensiva.

Para Boron (2011), pode-se dar início a um processo de destruição do Estado, lutando-se pela desmercantilização e pela desprivatização do que foi submetido à lógica do mercado sob a tutela dos governos neoliberais. Referindo-se à Comuna, propõe a instituição de:

[...] fortes mecanismos de controle popular sobre os governantes, os representantes do povo e a burocracia, pela via da revogação de mandatos, dos referendos revogatórios periódicos e frequentes, pela instituição dos orçamentos participativos, da igualdade salarial e da abolição de todos os privilégios e imunidades que tradicionalmente desfruta a classe política e a burocracia estatal (p. 247).

As experiências históricas de luta das classes trabalhadoras já mostraram que são necessárias condições objetivas e subjetivas para que se ponham em marcha processos revolucionários. Segundo Arcary (2011, p. 187): “se os trabalhadores e seus aliados sociais não encontrarem um ponto de apoio nas suas organizações para desafiar a exploração capitalista, a oportunidade de transformação se perderá”.

Algumas condições são necessárias para o aprofundamento dessa luta a ser empreendida, como

propõe Bensaïd (apud MONTENEGRO; MEDEIROS, 2011, p. 214):

[...] analisar criticamente o capitalismo enquanto totalidade como pré-requisito indispensável à sua transformação; superar os limites impostos, por um lado pela negação pós-moderna e liberal das possibilidades de superação da ordem burguesa e, por outro, por concepções mecanicistas do marxismo que, ao reduzirem a política à condição de epifenômeno do econômico ou das “estruturas”, reduz as possibilidades de ação transformadora consciente; e, talvez o mais importante de tudo: ultrapassar o atual estágio de organização das forças potencialmente críticas ao capitalismo, que se encontram presas em uma lógica de atuação fragmentária, isolada, incapazes de dar conta da gigantesca tarefa de transformação da sociedade, num sentido emancipatório.

### Referências:

- ARCARY, V. Trotsky e as crises econômicas do capitalismo: uma análise em perspectiva histórica. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais PUC- SP, n. 28, 1. sem., 2012.
- BENSAÏD, D. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BORON, A. Os duradouros ensinamentos da Comuna de Paris. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais PUC- SP, n. 25 e n. 26, 2º sem., 2010 e 1º sem. 2011.
- CADERNO DE ESTUDOS. *A dívida pública em debate*. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida, 2012.
- CHESNAIS, F. A vulnerabilidade do sistema financeiro, a ilegitimidade das dívidas públicas e o combate político internacionalista por sua anulação. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais PUC- SP, n. 25 e n. 26, 2º sem., 2010 e 1º sem. 2011.
- DRUCKER, P. F. *Administração, tarefas, responsabilidades práticas*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Mestre Jou, 1975.
- LASKI, H. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- MARX, K. Para a crítica da filosofia do direito de Hegel. In: MARX, K. *Marx, escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MONTENEGRO, D.; MEDEIROS, J. Daniel Bensaïd: por uma concepção aberta de história e pelo resgate da política e da estratégia. *Lutas Sociais*, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, Programa de Estudos Pós- Graduação em Ciências Sociais PUC- SP, n. 28, 1º sem., 2012.
- PEREIRA, L. *Capitalismo: Notas teóricas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Anotações sobre o capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- RELATÓRIO DA REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Direitos Humanos no Brasil 2011*. São Paulo: Rede social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.
- ROSAR, M. de F. F. *Administração escolar um problema educativo ou empresarial*. 5.ed. Campinas: Autores Associados, 2012.
- RUMMERT, S. M, ALGEBAILLE, E.; VENTURA, J. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. In: SILVA, M. M. da; EVANGELISTA, O.; QUARTIERO, E. M. (Orgs.). *Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

SILVA, M. M. da; EVANGELISTA, O.; QUARTIERO, E. M. (Orgs.). *Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

TRAGTENBERG, M. *Burocracia e ideologia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1977.

---

### Notas:

- <sup>1</sup> Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Atuou como docente na Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual de Campinas. Atualmente realiza pesquisas e coordena no Maranhão o Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) cuja coordenação geral encontra-se no Departamento de Filosofia e História da Educação da Universidade Estadual de Campinas. Email: mffrosar@uol.com.br
- <sup>2</sup> A desaceleração econômica, que foi a marca da Europa entre 2005 e 2011, afetou diretamente a situação dos trabalhadores. Na União Europeia, a taxa média de desemprego aumentou cerca de um ponto percentual entre 2005 e 2011, quando chegou a 10%. Na Grécia, Espanha e Portugal, chegou respectivamente a 24%, 25% e 21%; em países do Leste europeu, como Estônia, Letônia e Lituânia, o desemprego chegou a seus níveis mais altos desde os anos 1980. Em toda a Europa, o desemprego atingiu 22% da população entre 18 e 24 anos, chegando a 46% na Espanha e 40% na Grécia. (RELATÓRIO DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 221). Obs.: Os dados mais recentes divulgados pela imprensa, dizem que o desemprego na Espanha, no início de 2013, atingiu 26,02% e entre os jovens, atingiu 50%.
- <sup>3</sup> Caderno de Estudos – A dívida pública em debate. Auditoria Cidadã da Dívida, Brasília, 2012.
- <sup>4</sup> Dados do IPEA (2011) mostram que dos 2,1 milhões de empregos criados por ano na década de 2000, 95% pagavam até 1,5 salários mínimos (R\$817,5), o que se deve, em larga escala, à redução de postos de trabalho no setor industrial e ao crescimento de vagas no setor de serviços. O estudo informa ainda que os que vivem de rendas da propriedade (lucro, juros e aluguéis passaram de 3,9% para 14,3%) (SILVA, QUARTIERO; EVANGELISTA, 2012, p. 59).
- <sup>5</sup> Lucros dos maiores bancos em 2011: Itaú = R\$ 14,6 bi, Bradesco= R\$ 11,0 bi, Banco do Brasil = 12,1 bi (CADERNO DE ESTUDOS, 2012).
- <sup>6</sup> Fonte: <<http://www.valor.com.br/carreira/2883342/universidades-debatem-o-futuro-do-ensino#ixzz2Ascy88PT>>.
- <sup>7</sup> De acordo com a presidente Dilma, a parceria entre governo federal e iniciativa privada na educação demonstra maturidade política para o desenvolvimento. “O Pronatec é uma das chaves para o futuro do Brasil com ensino médio e educação profissional de qualidade”, disse Dilma Rousseff, na abertura do 7º ENAI.
- <sup>8</sup> Fonte: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>.
- <sup>9</sup> Fonte: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>.
- <sup>10</sup> MEC (Ministério da Educação), MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), MD (Ministério da Defesa), MJ (Ministério da Justiça), ME (Ministério dos Esportes), MS (Ministério da Saúde).
- <sup>11</sup> Para conhecimento do conteúdo dos programas instituídos desde os anos 1990, analisados a partir do agrupamento em três conjuntos, ver análise de Rummert, Algebaile e Ventura (2012) em: SILVA; QUARTIERO; EVANGELISTA (Orgs.). *Jovens, trabalho e educação: a conexão subalterna de formação para o capital*. Campinas: Mercado de Letras, 2012.
- <sup>12</sup> Entre os 27 estados da Federação, apenas em nove (Amazonas, Acre, Pará, Amapá, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo e Rio de Janeiro) todos os municípios aderiram ao Programa. Nos demais, a adesão foi parcial. São Paulo foi o estado com o menor índice de participação, sendo que do total de 220 municípios que optaram por não aderir ao PNLD no plano nacional, 145, o que equivale a 65,9% do total, são paulistas. A segunda menor adesão foi em Minas Gerais, com 19 municípios fora do Programa, o que equivale a 8,3% do total (RELATÓRIO DIREITOS HUMANOS, 2011, p. 166).

Recebido em: 12/2012

Publicado em: 06/2013.